Coren/SC
Fls.nº ___

Aviso de

DISPENSA ELETRÔNICA Coren-SC nº. 018/ 2025

Contratação **Compras.gov nº. 30/2025**

CONTRATANTE (UASG)

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA (926208)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais e itens de primeiros socorros e equipamento de proteção individual – EPI, para atender as necessidades do Coren-SC.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 3.246,98 (três mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 03/12/2025 às 08h00min

Até 11/12/2025 às 08h00min

PERÍODO DE LANCES

De 11/12/2025 às 08h00min

Até 11/12/2025 às 14h00min

PREFERÊNCIA OU EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

2

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90018/2025

(Processo Administrativo n.º 303/2025)

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA – Coren-SC**, por meio da sua DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO por GRUPO,** na hipótese do **art. 75, *inciso II,*** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: **11/12/2025.**

Link: https://www.gov.br/compras/pt-br

Horário da Fase de Lances: **08h00 às 14h00** (horário de Brasília/DF).

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para aquisição de materiais e itens de primeiros socorros e equipamento de proteção individual – EPI, conforme informado na tabela 01 abaixo, com a finalidade de atender as demandas do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.

1.2. A contratação ocorrerá por **GRUPO**, nos quantitativos descritos na tabela abaixo:

Tabela 01 – Descritivo e Quantitativo

Item	Objeto	Quantidade	Imagens referenciais
1	**Tesoura de ponta romba** em aço inoxidável e com as dimensões: A=15cm L=5cm	12 unidades	
2	**Pinça anatômica em aço** inoxidável e 14cm de comprimento	12 unidades	
3	**Máscara cirúrgica descartável** tripla com elástico e filtro – caixa contendo 50 unidades	15 caixas	

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

4	**Luvas de Látex natural** – tamanho M – caixa com 100 unidades	07 caixas	
5	**Luvas de Látex natural** – tamanho P – caixa com 100 unidades	07 caixas	
6	**Algodão hidrófilo** – 100% algodão e peso líquido de 25g	12 rolos	
7	**Gaze esterilizada**, tecido 100% algodão, macia e confortável – modelo quadrada, 13 fios e pacotes com 10 unidades cada	48 pacotes	
8	**Esparadrapo impermeável** em rolo de tamanho 1,2cm x 4,5m	12 rolos	
9	**Ataduras de crepom** – Densidade: 13 fios por cm² Tamanho: 08cm x 1,80m Cor: Natural do fio de algodão	24 pacotes	

10	**Álcool líquido 70%** - 50 ml	24 frascos	
11	**Soro fisiológico – 500 ml** – Solução de Cloreto de sódio 0,9%. Embalagem de 500mL com bico gotejador. Composição: Sodiun cloride, deionized acqua.	12 frascos	
12	**Protetor Solar FPS50** de 125ml	21 frascos	
13	**Curativos transparentes** – caixa com 10 unidades	12 caixas	

1.3. A relação completa das informações do objeto e condições de contratação pode ser verificada nos anexos deste documento.

1.4. O critério de julgamento adotado será o ***MENOR PREÇO POR GRUPO***, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. A adoção da contratação estruturada por grupo, em detrimento da modalidade por item, fundamenta-se na necessidade de assegurar maior eficiência operacional, padronização técnica e otimização dos recursos administrativos envolvidos no processo licitatório.

1.6. Inicialmente, destaca-se que os itens que compõem o grupo apresentam correlação direta entre si, seja pela similaridade funcional, pela complementaridade operacional e pela necessidade de

utilização conjunta para atendimento integral da demanda institucional. A contratação por grupo, portanto, permite que o conjunto de materiais seja executado de maneira integrada, garantindo uniformidade de padrão, compatibilidade técnica e coerência na execução, pontos essenciais para a adequada prestação do serviço público.

1.7. Ademais, a contratação por item poderia gerar fragmentação contratual, ocasionando aumento da complexidade de acompanhamento, fiscalização e gestão, risco de entregas heterogêneas, além de potenciais dificuldades de compatibilidade entre produtos de fornecedores distintos. A segregação indevida poderia resultar em inconsistências técnicas, variação de qualidade e comprometimento da eficiência administrativa — efeitos contrários aos princípios da economicidade e da eficiência previstos na legislação aplicável.

1.8. A formação de grupos também contribui para a otimização do processo competitivo, pois a disputa ocorre considerando o conjunto de materiais necessários, evitando distorções decorrentes da apresentação de propostas isoladas que não atendam plenamente às necessidades do órgão. Tal medida reduz a possibilidade de desequilíbrios na execução, facilita o controle administrativo e permite maior previsibilidade quanto ao desempenho contratual.

1.9. Assim, a adoção da contratação por grupo mostra-se tecnicamente vantajosa e administrativamente mais adequada, assegurando a integridade do objeto, a racionalização dos procedimentos internos e a melhoria dos resultados a serem obtidos pela Administração. Trata-se, portanto, de opção que melhor atende ao interesse público, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, padronização e segurança administrativa.

1.10. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos sobre esta pretensa contratação, podem ser encaminhados para o e-mail: licitacao@corensc.gov.br, aos cuidados da Divisão de Compras e Licitações do Coren-SC.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de cinco por cento (5%) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos cinco (5) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze (12) meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada à proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de dezoito (18) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis (16) anos, salvo menor, a partir de quatorze (14) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08h00min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

8

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R$ 1,00 (um real)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta atualizada e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. **A proposta atualizada deverá respeitar, também, os valores máximos unitários dos itens, conforme o Termo de Referência anexo deste Aviso de Dispensa.**

5.4. O(a) agente de contratação encaminhará via chat e no sistema o pedido de anexo, sendo a proposta comercial atualizada e/ou demais documentos.

5.4.1. Será informado, via chat, o prazo para envio das documentações, inicialmente não inferior a sessenta (60) minutos;

5.4.1.1. Ficará a critério do agente de contratação a prorrogação do prazo supracitado, e o pedido de prorrogação DEVERÁ ser devidamente justificado;

5.4.2. Findo o prazo informado, via chat, e não tendo o fornecedor anexado a documentação exigida pelo(a) Agente de Contratação, o fornecedor será DESCLASSIFICADO por não apresentar documentação exigida no prazo determinado.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a trinta (30) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. contiver vícios insanáveis;
5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
5.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e
(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado *Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente*.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **cinco (5) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de três (3) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma (1) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de vinte por cento (20%) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três (3) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três (3) anos e máximo de seis (6) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, desobrigará a reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.13.2. ANEXO II – Termo de Referência;

9.13.3. ANEXO III – Modelo da Proposta Comercial.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2025.

Odirlei Ferreira da Silva
Divisão de Compras e Licitações

Coren/SC
Fls.nº ___

17

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação Jurídica:

1.1 Os participantes desta pretensa contratação deverão apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, **compatível com o objeto desta licitação**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.2 O **objeto social deverá ser compatível com o objeto licitado**, no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da Licitante, devendo apresentar Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ), sob pena de inabilitação;

1.3 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.4 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.5 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

1.6 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;

1.7 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

1.8 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

1.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles

relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3 Qualificação Econômico-Financeira:

3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

3.2 Demais comprovações dispensadas conforme Art. 70, inciso III da Lei nº. 14.133/2021 *(Contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral).*

4 Qualificação Técnica:

4.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da contratação, mediante a apresentação de, no **mínimo, uma (1) certidão ou atestado** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.1 O atestado de capacidade técnica poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

4.1.2 O atestado deverá referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PAD COREN-SC nº 303/2025

PROCESSO nº 028.926208/2025

DISPENSA ELETRÔNICA COREN-SC nº 018/2025

CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV nº 027/2025

Materiais de primeiros socorros e equipamento de proteção individual – EPI

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Do Objeto**

1.1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para aquisição de materiais e itens de primeiros socorros e equipamento de proteção individual – EPI, para atender as necessidades do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.

1.1.2. A vigência da contratação é de execução imediata, contados do aceite da ***Nota de Empenho e Ordem de Execução.***

1.1.3. O quantitativo e descrições do objeto estão discriminados na tabela 01, abaixo:

Tabela 01 – Descritivo e Quantitativo			
Item	**Objeto**	**Quantidade**	**Imagens referenciais**
1	**Tesoura de ponta romba** em aço inoxidável e com as dimensões: A=15cm L=5cm	12 unidades	
2	**Pinça anatômica em aço** inoxidável e 14cm de comprimento	12 unidades	
3	**Máscara cirúrgica descartável** tripla com elástico e filtro – caixa contendo 50 unidades	15 caixas	
4	**Luvas de Látex natural** – tamanho M – caixa com 100 unidades	07 caixas	

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

5	**Luvas de Látex natural** – tamanho P – caixa com 100 unidades	07 caixas	
6	**Algodão hidrófilo** – 100% algodão e peso líquido de 25g	12 rolos	
7	**Gaze esterilizada**, tecido 100% algodão, macia e confortável – modelo quadrada, 13 fios e pacotes com 10 unidades cada	48 pacotes	
8	**Esparadrapo impermeável** em rolo de tamanho 1,2cm x 4,5m	12 rolos	
9	**Ataduras de crepom** – Densidade: 13 fios por cm² Tamanho: 08cm x 1,80m Cor: Natural do fio de algodão	24 pacotes	
10	**Álcool líquido 70%** - 50 ml	24 frascos	

11	**Soro fisiológico – 500 ml** – Solução de Cloreto de sódio 0,9%. Embalagem de 500mL com bico gotejador. Composição: Sodiun cloride, deionized acqua.	12 frascos	
12	**Protetor Solar FPS50** de 125ml	21 frascos	
13	**Curativos transparentes** – caixa com 10 unidades	12 caixas	

1.1.4. Foi realizada pesquisa de mercado em conformidade com a IN nº 65/2021, de forma concomitante com a busca da proposta mais vantajosa, nos termos do §1, art. 15 da IN 67/2021 e §4 do art. 7 da IN nº 65, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de itens de primeiros socorros e de protetor solar, este último caracterizado como Equipamento de Proteção Individual (EPI), em atendimento às determinações do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

2.2. A disponibilização dos materiais de primeiros socorros é essencial para garantir o pronto atendimento em situações de emergência, preservando a saúde e a integridade física dos empregados públicos. Da mesma forma, o fornecimento de protetor solar como EPI é indispensável para a proteção contra a exposição ocupacional à radiação solar, prevenindo doenças de pele e demais agravos.

2.3. A aquisição, portanto, é necessária para atender às exigências legais, assegurar resposta rápida a eventuais incidentes, reduzir riscos decorrentes de acidentes ou mal-estares súbitos, além de prevenir danos à saúde relacionados à exposição solar. Com isso, a Autarquia mantém-se em conformidade com as diretrizes de saúde e segurança no trabalho, contribuindo para um ambiente laboral mais seguro, saudável e eficiente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A pretensa contratação, nos termos do art. 6º, inc. XIII da Lei 14.133/2021, trata-se de bens comuns, pois podem ser objetivamente descritos e definidos pelo edital.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A contratada deverá assumir todas as obrigações decorrentes da natureza da contratação, sendo responsável pelo fornecimento do objeto e pelo atendimento das exigências abaixo:

4.1.1. Ser do ramo do objeto da licitação;

4.2. Os objetos a serem fornecidos deverão atender às ***seguintes especificações mínimas***:

4.2.1. **Tesoura de ponta romba**
4.2.1.1. Equipamento novo;
4.2.1.2. Em aço inoxidável;
4.2.1.3. Dimensões: A=15cm L=5cm.

4.2.2. **Pinça anatômica**
4.2.2.1. Equipamento novo;
4.2.2.2. Aço inoxidável;
4.2.2.3. Dimensões: 14cm de comprimento.

4.2.3. **Máscara cirúrgica descartável**
4.2.3.1. Equipamento novo;
4.2.3.2. Filtro triplo;
4.2.3.3. Com elástico;
4.2.3.4. Caixa contendo 50 unidades.

4.2.4. **Luvas de Látex natural**
4.2.4.1. Equipamento novo;
4.2.4.2. Tamanho M;
4.2.4.3. Caixa com 100 unidades.

4.2.5. **Luvas de Látex natural**
4.2.5.1. Equipamento novo;
4.2.5.2. Tamanho P;
4.2.5.3. Caixa com 100 unidades.

4.2.6. **Algodão hidrófilo**
4.2.6.1. Equipamento novo;
4.2.6.2. 100% algodão;
4.2.6.3. Peso líquido de 25g.

4.2.7. **Gaze esterilizada**
4.2.7.1. Equipamento novo;
4.2.7.2. Tecido 100% algodão;
4.2.7.3. Macia e confortável;
4.2.7.4. Modelo quadrada;
4.2.7.5. 13 fios;
4.2.7.6. Pacotes com 10 unidades cada.

4.2.8. **Esparadrapo impermeável**
4.2.8.1. Equipamento novo;
4.2.8.2. Em rolo;
4.2.8.3. Tamanho 1,2cm x 4,5m.

Coren/SC
Fls.nº ___

4.2.9. **Ataduras de crepom**
4.2.9.1. Equipamento novo;
4.2.9.2. Densidade: 13 fios por cm²;
4.2.9.3. Tamanho: 08cm x 1,80m;
4.2.9.4. Cor: Natural do fio de algodão.

4.2.10. **Álcool líquido 70%**
4.2.10.1. Equipamento novo;
4.2.10.2. Embalagem de 50 ml.

4.2.11. **Soro fisiológico**
4.2.11.1. Equipamento novo;
4.2.11.2. Solução de Cloreto de sódio 0,9%;
4.2.11.3. Embalagem de 500mL com bico gotejador;
4.2.11.4. Composição: Sodiun cloride, deionized acqua.

4.2.12. **Protetor Solar**
4.2.12.1. Equipamento novo;
4.2.12.2. FPS 50;
4.2.12.3. Embalagem com 125ml.

4.2.13. **Curativos transparentes**
4.2.13.1. Equipamento novo;
4.2.13.2. Caixa com 10 unidades.

4.3. Os objetos da pretensa contratação deverão ser entregues na Sede do Coren-SC, sito a Av. Mauro Ramos, 224, Centro Executivo Mauro Ramos, 7° andar, Centro, Florianópolis/SC. CEP 88020-300.

4.4. O horário para entrega do objeto deverá ser das 08h00 às 17h00, de segunda a sexta feira, em dias úteis;

4.5. **Nos preços apresentados deverão estar inclusos todas as despesas de transporte, tributos e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto**.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O objeto deverá ser entregue no prazo de até **dez (10) dias** úteis a contar do recebimento da ordem de execução e nota de empenho.

5.1.2. Caso o objeto seja entregue fora das especificações, a contratada deverá sanar os problemas em até **cinco (05) dias** úteis contados do recebimento da notificação;

5.1.3. Todos os itens deverão ser novos e entregues em suas embalagens originais;

5.1.4. Constatado o fornecimento incompleto ou má qualidade dos produtos, a Contratada será informada e deverá realizar a substituição em cinco (5) dias, contados da data em que foi informada, por escrito, pelo Coren-SC;

5.1.5. A inobservância dos prazos de entrega sujeitará a Contratada às sanções legais cabíveis.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. **É expressamente vedada à SUBCONTRATAÇÃO das obrigações assumidas, exceto o transporte dos itens.**

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. Com o objetivo de promover a aquisição responsável de bens e serviços, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental aplicáveis à Administração Pública, estabelecem-se os seguintes critérios de sustentabilidade a serem observados na contratação de equipamentos audiovisuais.

7.2. Em primeiro lugar, os equipamentos deverão apresentar elevada eficiência energética, comprovada por certificação emitida por órgão competente, como o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE/INMETRO), priorizando modelos que garantam menor consumo de energia tanto em operação quanto em modo de espera.

7.3. A aquisição deverá considerar também a durabilidade dos equipamentos, exigindo vida útil mínima para seus componentes essenciais, garantia técnica — preferencialmente igual ou superior a doze (12) meses — e assegurando a disponibilidade de peças de reposição por período mínimo, evitando a substituição precoce dos equipamentos e reduzindo a geração de resíduos eletrônicos.

7.4. As embalagens dos produtos também deverão seguir princípios sustentáveis, privilegiando materiais recicláveis, biodegradáveis ou compostos de material reciclado, bem como a redução de insumos desnecessários, especialmente plásticos de uso único.

7.5. Considera-se igualmente relevante a observância de padrões de emissões térmicas e ruído, de forma a minimizar impactos ao ambiente de trabalho e reduzir a necessidade de sistemas complementares de climatização.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato ou documento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. A execução do contrato ou documento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelas fiscais do contrato **Sra. Daiane Bittencourt Rosa,** Gestão de Pessoas e **Sra. Milene Voges da Luz,** Secretaria Geral do Coren-SC.

8.2.1. As fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.2.2. As fiscais do contrato informarão a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.3. O contrato ou documento equivalente deverá apresentar preposto para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.4. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.4.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Adminsitração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamneto pelo contratante (Lei nº. 14.133/2021, art, 120).

8.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.9. Será exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.10. Além do disposto acima, para fins de comunicação entre o Coren-SC e a Contratada ficam estipulados os seguintes meios:

a) Chamada Telefônica: pode ser utilizada para alinhamentos, esclarecimento de dúvidas e outras demandas que possam ser tratadas informalmente.

b) A Contratada deverá informar os seus números de contato ao gestor do contrato, assim como demais meios de comunicação e mantê-los sempre atualizados.

c) E-mail institucional: deve ser utilizada para comunicações relativas a convocações para reuniões, atualização de informações relevantes e outras que mereçam ser documentadas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do ***art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021***, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

9.2. A adoção da contratação estruturada por grupo, em detrimento da modalidade por item, fundamenta-se na necessidade de assegurar maior eficiência operacional, padronização técnica e otimização dos recursos administrativos envolvidos no processo licitatório.

9.3. Inicialmente, destaca-se que os itens que compõem o grupo apresentam correlação direta entre si, seja pela similaridade funcional, pela complementaridade operacional e pela necessidade de utilização conjunta para atendimento integral da demanda institucional. A contratação por grupo, portanto, permite que o conjunto de materiais seja executado de maneira integrada, garantindo uniformidade de padrão, compatibilidade técnica e coerência na execução, pontos essenciais para a adequada prestação do serviço público

9.4. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9.5. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9.6. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Os preços a serem ofertados pelas Licitantes participantes deverão ter como referência os valores máximos admitidos para esta contratação, definidos sob os critérios estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº. 65/2021.

10.2. O valor estimado para a contratação está descrito na tabela 02 abaixo e foram adquiridos através da **MÉDIA** obtida pelos preços recebidos via pesquisas de preços conforme constam no Parecer da Divisão de Compras e Licitações do Coren-SC.

Tabela 02 – Valor máximo admitido para contratação.

Item	Objeto	CATMAT	Qtde	Valor Unitário (Máximo admitido)	Valor Máximo Admitido (Total)
01	**Tesoura de ponta romba**	471655	12 un	**R$ 49,04**	**R$ 588,48**
02	**Pinça anatômica em aço**	476090	12 un	**R$ 26,34**	**R$ 316,08**
03	**Máscara cirúrgica descartável**	485312	15 cx	**R$ 13,95**	**R$ 209,25**
04	**Luvas de Látex natural** – tamanho M	619850	07 cx	**R$ 34,94**	**R$ 244,58**
05	**Luvas de Látex natural** – tamanho P	619849	07 cx	**R$ 34,92**	**R$ 244,44**
06	**Algodão hidrófilo**	628473	12 rol	**R$ 7,45**	**R$ 89,40**
07	**Gaze esterilizada**	628259	48 pct	**R$ 2,01**	**R$ 96,48**
08	**Esparadrapo impermeável**	631796	12 rol	**R$ 7,22**	**R$ 86,64**
09	**Ataduras de crepom**	628401	24 pct	**R$ 1,93**	**R$ 46,32**
10	**Álcool líquido 70%** - 50 ml	269941	24 fra	**R$ 5,31**	**R$ 127,44**
11	**Soro fisiológico – 500 ml**	619255	12 fra	**R$ 11,01**	**R$ 132,12**
12	**Protetor Solar FPS50 -** 125ml	405885	21 fra	**R$ 47,63**	**R$ 1.000,23**
13	**Curativos transparentes**	483368	12 cx	**R$ 5,46**	**R$ 65,52**
Total					**R$ 3.246,98**

10.3. Conforme estabelece o Art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 065/2021 foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a ***média*** dos valores obtidos na pesquisa de preços. Nesse caso, o valor máximo para essa contratação ficou definido em **R$ 3.246,98 (três mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).**

11. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

11.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, no prazo de dez (10) dias úteis, pelo fiscal, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.2. Para efeito de recebimento provisório o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco (5) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e conseqüente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

11.5.1. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.5.2. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.7. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até quinze (15) dias úteis, contados do recebimento definitivo, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

11.8. O pagamento será realizado através de boleto bancário emitido pelo contratado.

11.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.9.2. <u>O Fornecedor deverá informar na nota fiscal, nos campos indicados para os tributos ou no campo das informações acessórias, os valores a serem retidos, o código da Receita Federal e a alíquota, caso haja.</u>

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução da presente pretensão correrão à conta de dotação alocada no elemento de despesa 33.90.030.036 – Material Hospitalar, do Orçamento do Coren-SC para o exercício financeiro de 2025.

Elaborado pela Divisão de Compras e Licitação do Coren-SC, em conformidade com a legislação específica.

28

Florianópolis, 02 de dezembro de 2025.

Odirlei Ferreira da Silva
Divisão de Compras e Licitações do Coren/SC

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Licitatório nº.: 028.926208/2025.
Dispensa Eletrônica Coren-SC nº.: 018/2025.
Contratação Compras.gov nº.: 30/2025.

Nome da empresa Licitante:_____
CNPJ:_____
Endereço completo:_____
Telefone/Fax:_____
E-mail:_____

Preposto: _____

CPF Preposto: _____

Cargo Preposto: _____

Telefone e e-mail do Preposto: _____

Proposta Comercial					
Grup	**Item**	**Descrição**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Total**
01	01	**Tesoura de ponta romba** em aço inoxidável e com as dimensões: A=15cm L=5cm	12 unidades	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	02	**Pinça anatômica em aço inoxidável** e 14cm de comprimento	12 unidades	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	03	**Máscara cirúrgica descartável tripla** com elástico e filtro – caixa contendo 50 unidades	15 caixas	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	04	**Luvas de Látex natural – tamanho M** – caixa com 100 unidades	07 caixas	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	05	**Luvas de Látex natural – tamanho P** – caixa com 100 unidades	07 caixas	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	06	**Algodão hidrófilo** – 100% algodão e peso líquido de 25g	12 rolos	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	07	**Gaze esterilizada**, tecido 100% algodão, macia e confortável – modelo quadrada, 13 fios e pacotes com 10 unidades cada	48 pacotes	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	08	**Esparadrapo impermeável** em rolo de tamanho 1,2cm x 4,5m	12 rolos	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	09	**Ataduras de crepom** – Densidade: 13 fios por cm² Tamanho: 08cm x 1,80m Cor: Natural do fio de algodão	24 pacotes	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	10	**Álcool líquido 70%** - 50 ml	24 frascos	R$ XX,xx	R$ XX,xx

30

	11	**Soro fisiológico** – 500 ml – Solução de Cloreto de sódio 0,9%. Embalagem de 500mL com bico gotejador. Composição: Sodiun cloride, deionized acqua.	12 frascos	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	12	**Protetor Solar FPS50** de 125ml	21 frascos	R$ XX,xx	R$ XX,xx
	13	**Curativos transparentes** caixa com 10 unidades	12 caixas	R$ XX,xx	R$ XX,xx
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					**R$ Xxxx,xx**

VALIDADE DA PROPOSTA:.....(.....) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

***Prazo de validade mínimo: trinta (30) dias.**

Em atendimento ao Edital do Dispensa Eletrônica Coren/SC nº.: 018/2025 do, declaramos que:

- Declaro que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos objetos desta contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, tributos incidentes, taxa de administração, material, serviços, seguros, frete, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação e deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Aviso de Dispensa da Dispensa Eletrônica Coren-SC nº.: 018/2025 do, e seus Anexos.

- Declaro que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) e que cumprem o que determina o Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021 sobre a reserva de cargos.

(Cidade) – (Estado), (dia) de (mês) de 2025

Representante Legal
Cargo/Função na Empresa